

Rosa dos ventos

MAURICIO DIAS



"Alguém ligado a mim saiu carregando alguma mala monitorada? Se até quem carregou a mala foi solto, por que continuo preso?"

(Pergunta que não cala na razão de Eduardo Cunha)

Saqueadores do Brasil

► O País anda de marcha à ré, mas celebramos o Dia da Independência enquanto nunca fomos tão dependentes

Neste período de Michel Temer no comando de um governo golpista, o País subitamente bate de frente com o Dia 7 de Setembro e, por ironia, sofre constrangimentos ao fazer reverência à data de comemoração da Independência do Brasil, proclamada às margens do riacho Ipiranga. Nada menos que 195 anos se passaram. A realidade de 2017 briga, neste momento, com a referência histórica de 1822.

Esse badalado "evento cívico" poderia ser rebatizado e, por causa da entrega da soberania do País, passaria a ser o "Dia da Dependência", conduzido pelo subjugado Temer, uma figura distante do determinado dom Pedro I.

Emergiram neste momento os entreguistas ou saqueadores do Brasil.

Temer botou à venda uma longa lista de empresas e ativos públicos à feição dos compradores externos. Alguns exemplos: Eletrobras, Cemig, pré-sal, aeroportos e, por fim, entre outras coisas, um previsto retorno ao aconchego do FMI, como anotou recentemente a revista *Forbes*.

Todos os estrangeiros receberão as boas-vindas dos parceiros locais. Mas essa aliança não engana. Nunca iludiu, por exemplo, o senhor Woodrow Wilson, que não envergava

a faixa de presidente brasileiro.

Wilson, democrata e de viés progressista, era presidente dos Estados Unidos (1913-1921), quando fez a seguinte consideração política sobre as ações das empresas americanas fora do país. Disse: "O que esses Estados (*os da América do Sul*) estão procurando realizar é emancipar-se da subordinação (...), não tenho senão motivos para me congratular com a perspectiva de que consigam levar a efeito essa emancipação e considero meu dever ser o primeiro a tomar lugar entre os que os auxiliam a levá-la a termo".

Essa posição foi reafirmada por William Jennings Bryan, secretário de Estado de Wilson. Disse ele: "O capitalista estrangeiro foi muitas vezes um elemento perturbador na América Latina".

Em linha oposta, avogue-se a batalha travada entre os anos 1950 e 1960 para a criação da Casa da Moeda do Brasil, hoje posta em leilão por Michel Temer. A história foi contada recentemente pelo ex-prefeito Cesar Maia, em discurso na Câmara de Vereadores.

Opai dele, Felinto Maia, presidente da Casa da

Moeda, foi autorizado pelo presidente Getúlio Vargas a adquirir tecnologia para fazer as notas brasileiras, até então fornecidas pela American Bank Notes, dos EUA, e pela britânica Thomas de La Rue. "Meu pai correu a Europa. Nem todos os países queriam fornecer. Finalmente, o Brasil comprou da Itália", conta Maia.

Por essa e por outras, o País anda de marcha à ré. Quando consegue dar um passo à frente, logo, por subordinação política e econômica dos governantes, dá dois atrás. •



Wilson sabia mais do que os nossos governantes



Exímio no aproveitamento de caixas e caixinhas

Caixa Fortes

José Serra caiu nas malhas da Lava Jato, por decisão da ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal, sob a suspeita de ter cometido crimes de caixa 2 na campanha presidencial de 2010. Em jogo, 6 milhões de reais saídos do bolso generoso e fácil de ser aberto de Joesley Batista, dono da JBS.

Naquele ano, o ex-deputado Márcio Fortes mudou-se temporariamente para São Paulo com o compromisso de cuidar do dinheiro doado a Serra. Ele é exímio na manipulação desse gênero de contribuição. Oficial ou não. Fortes, citado nas Lava Jato, cuidou de caixas e, como se suspeita agora, também de caixinhas. Foi assim, no Rio de Janeiro, com Moreira Franco, Cesar Maia e FHC.

Temer pós-Janot

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, estica o arco para disparar a segunda flechada contra Michel Temer. Por essa circunstância, enquanto Temer voa pelo mundo afora, Rodrigo Maia mais se apronta para o caso de ser obrigado a trocar a presidência da Câmara pela Presidência da República.

As especulações são variadas quanto ao destino de Temer. Ele terá de responder às acusações criminosas nos processos contra ele, hoje aos cuidados do Supremo Tribunal Federal.

Há a possibilidade de Temer, por exemplo, renunciar em abril de 2018, será rebaixado à condição de cidadão “comum” e passará a ser processado em primeira instância. Mas, como a Justiça é lenta quando quer, ele poderá se candidatar a deputado federal e, se eleito, voltará ao foro privilegiado. Seria esse o melhor cenário para ele.

A conquista de Fux

O ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci, preso em Curitiba, incluiu na proposta de delação uma acusação contra o ex-presidente do Superior Tribunal de Justiça Cesar Asfor Rocha. Segundo Palocci, Asfor Rocha teria recebido 5 milhões de reais para anular a Operação Castelo de Areia, que envolvia a Camargo Corrêa. Márcio Thomaz Bastos, então ministro da Justiça, teria participado da trama.

Os procuradores da Lava Jato não fecharam o acordo com Palocci, até agora, sob o argumento de que ele só diz coisas das quais “ouviu falar”. Na ocasião, talvez isso tenha bastado para provocar danos insuperáveis em Asfor Rocha. Ele estava praticamente indicado para usar a toga do STF.

Foi afastado da competição. Hoje nega com veemência a denúncia de Palocci.

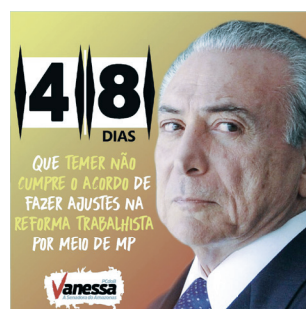
Para o lugar dele emergiu, vitorioso, o astuto Luiz Fux, após conquistar o apoio da cúpula do PT.

O cara de pau

A perseverante senadora Vanessa Grazziotin, do PCdoB, não tem dado trégua a Michel Temer. Sempre que sobe à tribuna, expõe o cartaz com a cara de Temer emoldurada pelo número de dias vencidos, desde o acordo feito após a sanção da reforma trabalhista.

Para favorecer a aprovação, o senador Romero Jucá, estafeta do presidente, assumiu o compromisso com a própria base governista de editar uma Medida Provisória para corrigir o que foi entendido como “graves distorções” da reforma. Incançável, ela reage: “Apesar da cobrança, o governo Temer continuará descumprindo o acordo e constringendo parlamentares que são traídos pelo presidente de plantão”.

Temer descumpra, na maior cara de pau, o acordo feito após a sanção da reforma trabalhista, que previa a edição de uma MP para corrigir as “graves distorções”.



Prometeu e não cumpriu. Era de se esperar

Declaração

Após o manifesto inicial, sustentado por mais de 10 mil assinaturas, o Projeto Brasil Nação prepara um segundo documento, agora em defesa das eleições diretas para presidente e a manutenção do regime presidencialista como patrimônios da nacionalidade. O encarregado do texto é o historiador Luiz Felipe de Alencastro.

mauriciodias@cartacapital.com.br